

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM GILBERTO FREYRE E SUELI CARNEIRO

THE REPRESENTATION OF WOMEN IN GILBERTO FREYRE AND SUELI CARNEIRO

* **Cecília Aguiar Silva Palau**

Recebido em: 08/08/2020.

Aceito em: 08/19/2020

Resumo:

O seguinte texto tem como objeto central o modo como as mulheres são representadas em dois textos. *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, é examinado a partir de trechos selecionados em que menciona as mulheres, tipicamente atreladas ao núcleo familiar. Apoiar-se em comentadores atuais da obra, que realizam releituras apontando possíveis problemáticas da narrativa. Sueli Carneiro, em *Gênero, Raça e Ascensão Social*, argumenta contra a objetificação feminina, em diálogo com as estruturas da sociedade brasileira que desde Freyre se apresentam, porém, agora com um tom de denúncia. A fim de conciliar textos antagônicos, utiliza-se também Guerreiro Ramos, propondo-se reduzir sociologicamente até mesmo em obras brasileiras..

Palavras-chave: Sueli Carneiro. Gilberto Freyre. Gênero. Guerreiro Ramos. Objetificação. Representação.

Abstract:

The present paper has as its main object the way women are represented in two texts. *Casa Grande e Senzala*, by Gilberto Freyre, is examined from selected excerpts in which it mentions women, typically linked to the Brazilian family nucleus. Actual commentators of the work are also used, performing reinterpretations accentuating possible problems in the narrative. Sueli Carneiro, in *Gender, Race and Social Ascension*, argues against female objectification, in dialogue with the structures of Brazilian society that have been present since Freyre, but now with a tone of denunciation. In order to reconcile antagonistic texts, Guerreiro Ramos is also used, proposing to reduce sociologically even Brazilian works.

Key Words: Sueli Carneiro. Gilberto Freyre. Genre. Guerreiro Ramos. Objectification. Representation.

1. Introdução

O presente artigo discute o modo como as mulheres são abordadas e representadas em duas obras: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Gênero, Raça e Ascensão Social*, de Sueli Carneiro, autores amplamente lidos. Gilberto Freyre é considerado um dos fundadores do pensamento social no Brasil, e sua obra é tida como

de grande importância para a interpretação do país. É alvo, porém, de críticas e problemáticas, inclusive nesse trabalho, sobre o modo como sua obra, de certa forma, foi responsável por fundar e difundir o chamado mito da democracia racial brasileira. Sua obra já foi tema de numerosos artigos, alguns dos quais são aqui utilizados,

selecionados de acordo com a maior afinidade com o objeto aqui proposto.

Sueli Carneiro, por outro lado, é uma autora negra de grande destaque em sua atuação acadêmica e social. Em suas obras, a autora pensa crítica e reflexivamente a condição da mulher negra na sociedade brasileira. Ela é fundadora e coordenadora executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra, atualmente um dos maiores portais independentes de conteúdo político sobre raça e gênero do Brasil, além de ter inúmeros trabalhos e livros publicados, entre eles a coletânea *Escritos de uma Vida*, e o artigo *Mulheres em Movimento* utilizados como suporte teórico para o presente artigo.

A visão de cada autor, portanto, é posta em cheque aqui, à luz de outro expressivo sociólogo brasileiro, Guerreiro Ramos. Em sua famosa obra *A Redução Sociológica* o autor defende que as teorias devem ser contextualizadas, reduzidas para que delas se aproveite apenas o que faz sentido politicamente na realidade da qual se escreve. Ele pontua, porém, um nível de consciência crítica nacional, mas aqui levo em consideração também que a cada obra, a visão de seu devido autor deve ser reduzida, mesmo para dentro de um mesmo país, pois as teorias aqui produzidas assumem diferentes visões por estarem situadas em diferentes posições sociais, assim como direcionadas a diferentes públicos. As teorias são politizadas, e seus efeitos devem ser considerados para uma interpretação mais abrangente e completa.

2. Um Senhor Sádico

A leitura de Gilberto Freyre é sempre uma constante na investigação acerca da tradição do pensamento

sociológico brasileiro. Suas obras se situam nas grandes tentativas de interpretações e teses gerais que expliquem a sociedade, datadas a partir da década de 1930. A obra em questão, *Casa Grande e Senzala*, teve seu lançamento em 1933, e não se pode deixar de situar nessa década uma nova fase da política brasileira com a ascensão de Vargas. Segundo BARCELOS e ROCHA (2017), no prefácio da obra Fernando Henrique Cardoso destaca o posicionamento conservador de Freyre em relação à mudança política, e ainda identificam até mesmo um saudosismo ao longo do livro.

Um dos aspectos notórios no livro, desde o índice e até mesmo no título, é a centralidade da família para a análise. Freyre adota uma narrativa onde o centro da vida brasileira é a casa grande, uma unidade que agrega a vida privada, o trabalho do senhor de engenho, a escravização dos negros, os eventos sociais e até mesmo as práticas religiosas. Dois dos cinco capítulos do livro são dedicados à temática de “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, e daí surge a grande problemática de se tratar violência como afeto, relações que, por estarem em um âmbito “privado” não seriam tão passíveis de contradições e relações hierárquicas.

A relação de escravização é, por seu próprio conceito, uma relação desigual. Uma relação que envolve dominação, controle e abjeção de sujeitos, necessariamente, por outros sujeitos. É importante sempre ressaltar esse caráter relacional do regime escravocrata, para novamente não acabar se reproduzindo um discurso que pensa o problema e suas consequências atuais como uma pauta de apenas um segmento da sociedade. Ao longo de diversos trechos do livro, há uma tentativa de amenização da lógica

escravocrata que permeava e regia às dinâmicas sociais brasileiras.

A família patriarcal é, sem dúvida, mais um desses locus passíveis de exame através da lente das relações desiguais. Aqui, a família não envolve apenas o marido, a esposa e os filhos, uma unidade nuclear que talvez nem tenha tanto sentido no contexto brasileiro. O ponto central da argumentação de Freyre é, portanto, justamente essa ampliação da família na casa grande. A vida privada é aqui usada como ponto de apoio. Como a presença das mulheres negras se dava também aqui, e não só nas senzalas, Freyre conclui então que por esse simples fato havia uma valorização e confiança nelas.

Ferreira(2006) descreve a configuração social típica brasileira em Freyre como uma sociedade religiosa, centrada na família, e agrícola. Agrícola com o trabalho dos negros escravizados e, também, centrada na família com as relações servis citadas acima, das mulheres negras escravizada no trabalho doméstico. Tal dinâmica de trabalho dentro de um ambiente dito familiar foge também de uma dicotomia “clara” entre a vida pública e a vida privada. Aboim (2012) ressalta que o processo para a família “moderna” constitui o espaço privado como o âmbito dos afetos, e a partir da narrativa de Freyre tal característica é observável.

Aboim destaca, por outro lado, como a crítica feminista têm mostrado como o privado é, também, um espaço de opressões e desigualdades. Através da ótica dos estudos como os de BARCELOS e ROCHA (2017), FERREIRA (2006) e REIS (2019) a dimensão afetiva presente em *Casa Grande e Senzala* é desmascarada. É necessário também acrescentar não apenas a lógica de

gênero que atribui ao feminino o âmbito privado, mas também a estrutura escravista que reserva o abusivo trabalho doméstico às mulheres negras, estrutura tal até hoje muito característica da sociedade brasileira. Propriamente CARNEIRO (2003), autora abordada adiante com mais profundidade, destaca como o privado é alcançado por políticas públicas atualmente devido a sua politização por parte dos movimentos feministas e negros.

Para sustentar tal tese de confiança e valorização, Freyre utiliza vários exemplos. Logo na primeira página do capítulo quatro, ele escreve:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, Gilberto, p. 190, 2000).

As próprias palavras do texto, “nos embalou... nos deu de mamar”, já revelam quem escreve, para quem foi direcionado o texto. Quem é o “nós” aí evocado? Os homens brancos que na casa grande cresceram, foram criados a partir da delegação do trabalho doméstico para as mulheres negras, e constantemente utilizam de eufemismos para essa narrativa pessoal, em detrimento dos outros sujeitos. O serviço é aqui presente, sempre como se fosse uma tarefa de bom grado e espontânea.

Os dois momentos, apenas nesse pequeno trecho, abarcam uma infância e logo após uma vida sexual. A passagem de um momento para o outro é quase sutil, e o narrador é passivo, deixando a agência na mulher, que

deu a comida e mais tarde iniciou no amor físico. São dois momentos que, novamente, não se encaixam no núcleo familiar tradicional, de marido, esposa e filhos, têm uma configuração própria.

Dialogando com o racismo científico da época, ao qual Freyre no início de seu livro se opõe, logo em seguida ele dedica boas páginas à descrição da superioridade dos negros trazidos ao Brasil, em uma contradição, e assim tentando justificar essa intimidade doméstica descrita acima. Traz dados até mesmo duvidosos, como que “É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes”. (p. 199). Insiste, portanto, que os negros não teriam uma inferioridade biológica, e assim não haveria problema em uma negra dar de mamar à uma criança branca, é claro, sob o ponto de vista da criança branca como a vítima dessa situação, tentando provar que medicamente não havia nenhum risco para as crianças.

O aspecto sexual da citação acima (e de diversas outras no texto, porém utilizo o trecho citado para exemplificação) é um dos pontos fundamentais no tratamento das mulheres. Mais adiante, FREYRE coloca: “Para o Brasil a importação de africanos fez-se atendendo-se a outras necessidades e interesses. À falta de mulheres brancas (...)” (FREYRE, 2000, p. 202). A sexualidade dos homens é como uma necessidade, literalmente nas palavras do autor, que as mulheres devem satisfazer. As mulheres brancas tinham um lugar então na sexualidade e na reprodução legítima e oficial.

BARCELOS e ROCHA (2017) descrevem o papel da mulher branca como então apenas esse, da reprodução de herdeiros de fato.

Conforme já explicitado a inserção das meninas, filhas do Senhor de engenho, no mundo adulto era precoce: aos doze, treze, quatorze anos, eram identificadas como “anjos louros”, “Santas imaculadas”. Desde o dia da primeira comunhão deixavam de ser crianças e tornavam-se sinhá-moças, disponíveis para o matrimônio.

(BARCELOS, Ana Regina, ROCHA, Júlia, p. 4, 2017).

Essa lógica explicita uma objetificação, onde a reprodução e o casamento eram controlados pelos senhores de engenho. Esses dois fatores estavam imbricados, e a violência aqui se faz sempre presente. De acordo com a idade relatada pelas autoras, a reprodução dentro do casamento era na verdade feita através do estupro, legitimado pela lógica patriarcal dos engenhos. A grande consequência disso se dava na alta taxa de mortalidade entre essas mulheres, mas que eram rapidamente substituíveis no lugar de esposas. (BARCELOS, ROCHA, 2017)

Às mulheres negras, além da impossibilidade do casamento, lhes servia uma objetificação, uma sexualidade “impura”, pela qual ela mesma é sempre responsabilizada no livro. As atividades domésticas da escrava negra são no livro vistas como um privilégio. Freyre não coloca a dimensão estrutural da escravização, a própria coerção, por agressões físicas e de caráter sexual por parte dos senhores de engenho contra essas mulheres. A relação entre essas duas figuras é relativizada.

O famoso sadismo freyreano, que ele atribui ao senhor de engenho, recai também sobre as mulheres negras, porém como uma relação de prazer sexual e não de violência. Mesmo quando parece começar a reconhecer a violência, ele volta atrás, justificando

O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (FREYRE, Gilberto, p. 56, 2000).

Aculpabilização aquiserepete, e a hipersexualização é depois exaltada, por senhores que eram “menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil” (FREYRE, 2000, p. 192), e se tornaram “homens brancos que só gozam com negra” (FREYRE, 2000, p. 192).

Para finalizar, uma última relação chama atenção. Entre as mulheres brancas e negras há dois momentos. O primeiro é o de servidão, com a mulher negra sendo anulada em nome das necessidades da mulher branca. Voltando a questão da reprodução no casamento, o autor escreve

Pois essa multiplicação de gente se fazia à custa do sacrifício das mulheres, verdadeiras mártires em que o esforço de gerar, consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida. (...) em nossa organização doméstica, da escrava ama-de-leite, chamada da senzala à casa-grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos (...) adquirem (as mulheres negras) nesta condição climatérica um poder de amamentação que a mesma zona recusa geralmente às mulheres brancas (FREYRE, Gilberto, p. 229-230, 2000).

A condição de “mártir” às mulheres brancas ainda é dada pelo autor, mas a ama-de-leite é um chamado, quase um convite, seguido por uma explicação biológica e determinista, da qual Freyre depois tenta se esquivar.

Um segundo momento que aponto é de rivalidade. Aqui, um ponto importante a ser destacado é o da violência da mulher branca contra a mulher negra. As motivações,

porém, apontadas pelo autor são distorcidas, colocadas como ciúme da mulher branca pela “preferência sexual” dos senhores de engenho pelas mulheres negras. Essa suposta motivação, novamente, esconde a dimensão do abuso sexual dos senhores. Assim como tenta justificar, também, a violência considerada legítima e normalizada contra as escravizadas, cometida pelas mulheres brancas.

A narrativa de Freyre tem uma dimensão que vai além de meramente seu texto. Como uma obra amplamente lida, as repercussões, no sentido de reforçar os estereótipos presentes no texto são também amplas. A hipersexualização da mulher negra, assim como a passividade das mulheres em geral diante das relações de opressão ainda se fazem presentes nos pressupostos de diversos textos. REIS (2019) aponta como Lélia Gonzalez demonstra em sua obra como esses estereótipos são atualizados, e seguem legitimando a violência, especialmente contra mulheres negras.

3. Nem Fuscas Nem Monzas

O segundo texto destacado é de autoria de Sueli Carneiro. Ela é uma das autoras contemporâneas de maior destaque no Brasil. SILVA e WOLFF (2019) apontam alguns pontos de sua trajetória, como a fundação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo em 1982, a coordenação do Programa Nacional da Mulher Negra a partir de 1987. O destaque do texto, porém, é o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, dentro do qual Sueli e outras ativistas negras foram pioneiras em pautar questões que interseccionam gênero e raça em uma instância institucional, e onde também criaram a Comissão para Assuntos da Mulher Negra em 1987, além de ter sido a organizadora nacional do Tribunal Winnie Mandela em

1988, evento que reviu criticamente os 100 anos da Lei Áurea.

O compromisso de Sueli é constante em sua obra, sempre abordando raça, gênero e classe, categorias que trabalha relacionalmente. Em seu artigo *Mulheres em Movimento* (2003) ela faz referência a outro artigo, também se sua autoria, amplamente citado, com a proposição de “enegrecer o feminismo”. A autora postula

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres(...). Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, Sueli. p.118, 2003).

O escritor Joel Rufino é o principal alvo de críticas de Sueli Carneiro, no artigo *Gênero, Raça e Ascensão Social* (1995). Em seu trabalho, o autor se pergunta, “Porque os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência loira?” A resposta dada por ele é uma equiparação da mulher branca a um status de classe alta. É um “roubo”, do que agora ele pode, assim como o homem branco, exibir, não em uma relação de igualdade, mas quase de vingança. A lógica se segue, apresentando a mulher negra então como sem importância, muito fácil de se conseguir para ter a exibição que as brancas ganham.

O paralelo feito é, então, como o de carros, objetos de consumo, signos de distinção social. O negro pobre pode ter acesso a um Fusca, mas se tem ascensão social compra um Monza, mais valorizado, e agora de acordo com o status alcançado. O paralelo é entre as mulheres negras, como Fuscas, e as mulheres brancas como Monzas, esteticamente agradáveis.

Sueli Carneiro começa já desconstruindo a própria ideia de ascensão social do homem negro. Ela vê tal fato, sem dúvida uma exceção dentre as estatísticas, como apenas uma concessão cômoda no sistema das elites brasileiras, uma ascensão momentânea e controlada, desprovida de poder real. Ao reivindicar o casamento com a mulher branca, a busca é pelo mesmo status do homem branco, mas numa tentativa que, na visão da autora, é sempre em vão.

Mesmo nessa tentativa de ascensão, algumas práticas se repetem. A objetificação, como um signo de distinção reproduz padrões de uma relação de posse, numa lógica que exalta a feminilidade passiva através da estética da mulher branca. Nas palavras da autora, “Nós, mulheres negras ou brancas, não somos fiscais do tesão de ninguém temos outras prioridades políticas (...) Por isso não lhe damos o direito de coisificar ou reificar as mulheres, tratando-as a partir do mais grotesco chauvinismo, como objetos de consumo ou ostentação”. (CARNEIRO, 1995, p. 4).

As mulheres negras são, novamente nessa lógica, socialmente desvalorizadas em todos os níveis. Mais uma vez em um lugar de preterimento, de uma sexualidade exaltada e com, ao mesmo tempo, relações afetivas informais. No resgate histórico que Carneiro faz, a violência sistêmica é então, finalmente nomeada, assim podendo ser denunciada. O mito da democracia racial, que tem base no estupro colonial da mulher negra, é aqui desconstruído por mais um mito, o da ascensão social do homem negro.

O “possuir sexual”, na constituição da sociedade patriarcal, tem uma função de dominação. A autora relata

a fala de uma indígena latino-americana, que afirma que “O estupro das mulheres e o momento de consolidação da vitória de um grupo de homens sobre outro” (CARNEIRO, 1995, p. 5).

Logo em seguida, faz a comparação dessa lógica com o desejo do negro em ascensão de possuir sexualmente uma mulher branca. Ressalta, porém, que é uma estratégia individualista e fraca, e que a ascensão como coletividade não possui essa característica tão marcante.

Por fim, o irreverente texto de Sueli Carneiro traz a dimensão da resistência. As relações históricas de abuso sexual são ironizadas, “...as mulheres negras não teriam resistido ao estupro colonial e mais que isso teriam copulado gostosamente com o colonizador sendo responsáveis pelo início de nossa ampla mestiçagem”. (CARNEIRO, 1995, p. 7). Jogando com essa construção errônea, tal que a naturalização e o silenciamento na narrativa de Freyre ajudaram a construir, ela coloca a ostentação das mulheres como o espaço de cumplicidade dos homens, negros ou brancos, na “briga de machos” que eles travam, que utiliza a desumanização das mulheres em favor de sua própria humanização. A busca, nunca separando a militância do texto é, portanto, de emancipação política coletiva.

4. Discussão

As formas de tratamento às mulheres acima destrinchadas, muito mais que apenas uma escolha de abordagem de cada autor, são indicadores de lugares sociais e épocas distintas. A obra de Gilberto Freyre, embora não traga exatamente esse termo, foi fundante para o ideal da “democracia racial” brasileira no contexto pós-abolição como aponta BERNARDINO (2002). O autor descreve

também, como esse ideal é comum mesmo à diferentes classes sociais no Brasil, o que não ocorre quanto a outros tipos de preconceitos acerca de marcadores sociais da diferença.

Essa obra teve força, portanto, para transpassar apenas o meio científico da época, tendo em vista também conforme ALMEIDA (2019), a academia como um centro de difusão ideológica. Algumas das características do Mito da Democracia racial, apontadas por BERNARDINO (2002), são o tom de otimismo, assim como relações humanizadas entre as raças. Tais características são comprovadas falsas pelo autor ao longo de seu texto, mas ainda há um imaginário que sustenta esses pilares.

Segundo ARRUDA (2009), as representações que se tem sobre um país são parte integrante da sociologia. A mesma autora, mas em outro trabalho, define uma representação social como

A representação, portanto, repito, não é cópia da realidade, nem uma instância intermediária que transporta o objeto para perto/dentro do nosso espaço cognitivo. Ela é um processo que torna conceito e percepção intercambiáveis, uma vez que se engendram mutuamente (...). (ARRUDA, Angela, p. 11, 2002).

As representações sociais, portanto, estão presentes no senso comum e na academia, constituindo-se assim tanto quanto objetos de estudos como quanto os pré-conhecimentos de escrita de autores, nas palavras de ARRUDA (2002), são processo e produto.

A forma como as mulheres são representadas, portanto, está inserida nesse movimento dialético. As formas descritas de relações não correspondem, necessariamente

a um registro que considera todos os sujeitos, e sim apenas um lado. Conforme REIS (2019) o papel da mulher negra é apresentado sob a ótica da passividade, assim mascarando resistências e estratégias. Esse fato pode também passar uma homogeneidade entre os grupos, o que não se dá na prática, na realidade complexa.

Tal reflexão se faz importante justamente pelas persistências dessas noções representativas na sociedade, até 1995, quando o texto analisado de Sueli Carneiro foi publicado originalmente, e até os dias atuais. REIS (2019) cita Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez para explicar como se dão essas persistências, e argumenta que estão em constante atualização, mas sempre objetificando esses sujeitos. Lélia Gonzalez, no contexto brasileiro, define esse esteriótipo da mulher negra como ligado ao mesmo tempo ao trabalho doméstico e a sexualidade, duas dimensões presentes em ambas as obras analisadas.

5. Considerações Finais

A diferença de abordagem entre os dois textos é drástica. Enquanto a construção de Freyre é por vezes contraditória, Sueli Carneiro constrói um discurso emancipador, tanto para coletividade do movimento negro quanto para a humanização do tratamento às mulheres. À luz dos conceitos de Guerreiro Ramos, concluo esse trabalho com considerações acerca da visão das mulheres apresentada em cada texto, reduzindo-as e politizando-as.

Ao mesmo tempo em que a exaltação à mestiçagem está presente em Freyre, as relações pelas quais esse fenômeno foi possível são apagadas. A seletividade narrativa é estratégica. O público de *Casa Grande e Senzala*, a quem o autor até mesmo chama no texto, é

restrito, e se identifica com o discurso apresentado. Como coloca REIS (2019) “Forjar um ideal de nação por meio da escrita é um privilégio conferido a determinados grupos sociais e, assim, as interpretações de Brasil timbradas como válidas partem de uma visão de mundo masculina e branca” (REIS, 2019, p. 3).

As contradições estão principalmente nas descrições de explícita violência, com uma visão de afeto na interpretação posterior. O lugar do cuidado que as mulheres negras assumem é visto como uma relação carinhosa por ambos os lados. O tipo de descrição de Freyre é, então, uma descrição parcial, mesmo dentro de um livro que se propõe como grande obra explicativa. Dentro de um país de tradição escravocrata, e principalmente em 1933, pouco tempo após a abolição oficial, é necessário, nos termos de RAMOS (1965), reduzir o texto.

O livro *A Redução Sociológica*, cuja primeira edição se deu em 1958, é caracterizado por BARTANI (2015) como a coroação dos escritos de Guerreiro Ramos. Ainda, é considerado um conceito voltado para o método, e não para as teorias, que provoca uma autonomia do pensar, e implica necessariamente a uma crítica à hierarquização dos saberes. Na própria obra, Guerreiro Ramos (1965) descreve a redução sociológica como

(...) redução consiste na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado. (...) No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. (RAMOS, Guerreiro, p. 71, 1965).

Para além da mera definição, Ramos ainda postula

alguns itens, características, da redução sociológica (RAMOS, 1965, p. 73). Aqui, vale citar o item n. 6: “é um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira”, que é relativamente quebrado, pois a obra de Freyre posta em xeque, é nacional. O item n. 4, por sua vez, que diz respeito ao perspectivismo, onde se admite a análise de um objeto apenas conjuntamente com seu contexto, e aqui considero que mesmo em um só país, os contextos constituem distintos, tanto pelas experiências e tradições dos autores quanto pela diferença cronológica das obras.

Reduzir para que dele se extraia apenas o importante. O sadismo branco e as relações opressoras, a hipersexualização da negra que até hoje persiste, o lugar de prêmio e signo de distinção da mulher branca, trazido novamente por Rufino. Todos esses fatores podem servir como documentos e até mesmo provas históricas, porém na visão de um só grupo. É uma leitura que deve ser minuciosamente crítica, e jamais desacompanhada de seus comentadores e críticos. Grupo esse que deve ser observado, sempre, dentro de uma relação dialética de poder, de subjugação e de apagamento do outro.

Apagamento esse que, porém, nem sempre passa despercebido. O resgate que Sueli Carneiro faz é estratégico, e também revela a escrita dela que, reduzida, se mostra no lugar de uma escritora negra, que busca em seu texto toda a bagagem histórica que ela mesma chama: “Atrás do rosto escuro de cada uma de nós estão mães, avós, irmãs, escravas, mucamas de cama, mesa e banho. Testemunhas de uma História de derrotas e fracassos da qual somos todos herdeiros e que nenhuma estória de mobilidade social individual pode apagar”. (CARNEIRO,

p. 9, 1995).

Entre uma sociedade herdeira da casa grande e da senzala, a divisão rígida, e não permeável como defende Freyre, é atual. A redução pode ser feita para dentro, voltada para as divisões de status que marcam o texto de Rufino. O existir politicamente de Guerreiro Ramos serve também para existir politicamente no Brasil, fragmentado.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Ciências Sociais (licenciatura) pela Universidade de Brasília - UnB. E-mail: cissa1410@gmail.com.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 3, p. 739-766, 2009.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, n. 117, p. 127-147, 2002.

BARIANI, Edison. Certidão de Nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, p. 15-25, 2015.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

_____. Gênero Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

_____. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

BARIANI, Edison. CERTIDÃO DE NASCIMENTO: a redução sociológica em seu contexto de publicação. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, p. 15-25, 2015.

FERREIRA DE BARCELOS, Ana Regina; DA ROCHA JULIA, Siqueira. O lugar da mulher e da criança na obra *casa-grande & Senzala*. *Cuaderno de Resumos, Comunicação Teoimagen, Brasil*, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, Marina de Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. *Humanidades em*

diálogo, v. 9, n. 1, p. 93-101, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 61-83, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tauana Olivia Gomes. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, n. 55, p. e195512-e195512, 2019.